

DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS A PARTIR DA TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DE UMA ESTUDANTE INDÍGENA DA UFT – CAMPUS ARAGUAÍNA

INTERSECTIONAL DIALOGUES FROM THE SOCIOESPATIAL TRAJECTORY OF AN INDIGENOUS STUDENT FROM UFT - CAMPUS ARAGUAÍNA

Marcela Pereira Lima Arcanjo¹
Kênia Gonçalves Costa²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise da narrativa da história de vida de uma acadêmica indígena, em entrevista concedida para minha pesquisa de mestrado. Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo de indígenas nas universidades brasileiras, essa inserção é, em parte, reflexo das políticas públicas de acesso, no entanto, percebemos que ainda existem muitos entraves quanto à permanência. Faremos o recorte de gênero, por reconhecer que as mulheres, em geral, ainda sofrem os efeitos de viverem em uma cultura patriarcalista e androcêntrica. Para analisar a trajetória no âmbito educacional utilizou-se da fenomenologia, subsidiada pela história oral, com uso do procedimento de entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. Nos propomos a analisar como se dá a trajetória socioespacial desta estudante indígena, da aldeia à universidade, os avanços e desafios, trazer sua voz e conhecê-las melhor.

Palavras-chave: Acadêmica Indígena. Trajetórias Socioespaciais. Universidade.

ABSTRACT

This work aims to present an analysis of the narrative of the life history of a indigenous student, in an interview that was given to my master's research. In the last years, there was a significant increase of indigenous people in the Brazilian universities, this integration is partly a reflection of the public access policies, however, we realize that there are still many impediments related to the its permanence. We will do an gender cut, because we recognize that women, in general, still suffer the effects of living in a patriarchal and androcentric culture. In order to analyze the trajectory in the educational scope we used the phenomenology, subsidized by oral history, with the use of the procediment of the interview semi structured and the content's analysis. We propose to analyze how the socio-spatial trajectory occurs by perspective of this indigenous student, from the village to the university, advances and challenges, bringing them voice and getting to know them better.

Keywords: Indigenous Academic. Socio-spatial Trajectories. University.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo de indígenas nas universidades brasileiras, essa inserção é, em parte, reflexo das políticas públicas no campo das

¹ Mestre em Cultura e Território – UFT - Araguaína; e-mail: marcelalima@uft.edu.br

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Brasil(2014); Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Araguaína; e-mail: keniacost@uft.edu.br

ações afirmativas do Governo Federal e também de algumas Instituições, como é o caso da Universidade Federal do Tocantins – UFT que, em 2004 criou o programa de cotas para indígenas devido as articulações e demandas dos movimentos indígenas.

Neste contexto de inserção do âmbito acadêmico de parte da população brasileira como: quilombolas, negros e os indígenas, é que sentimos a necessidade de nos aproximar e refletir sobre algumas questões. Faremos o recorte de gênero, por reconhecer que as mulheres, em geral, ainda sofrem os efeitos de viverem em uma cultura patriarcalista. Quando olhamos para a situação das mulheres indígenas, essa questão tende a ser mais gritante, pois quando em contato ou vivência na cultura dos não indígenas, podemos exemplificar uma tríplice condição que as colocam em situação de fragilidade: ser mulher, ser indígena e ser pobre, apresentando um eixo interseccional entre gênero, etnia e classe.

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise da narrativa da história de vida de uma acadêmica indígena elucidando as interseções presentes nos registros orais concedidos em entrevista para esta pesquisa. Esta análise será uma construção interdisciplinar e está ancorada na perspectiva fenomenológica. Mesmo sendo a narrativa de uma única acadêmica, podemos dizer que existe representatividade pois, de acordo com Portelli (1996, p. 7):

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.

A entrevistada é uma acadêmica indígena, pertencente ao povo Karajá-Xambioá, colaboradora da pesquisa que tem como título “Saberes e Conhecimentos no Trilhar Acadêmico: Trajetórias Socioespaciais das Discentes Indígenas da UFT – Campus Araguaína”.

Nossa pesquisa, ainda embrionária, se dá na perspectiva de analisar as trajetórias socioespaciais das acadêmicas indígenas da UFT – Campus de Araguaína. Entendemos como trajetória socioespacial a história de vida de cada indivíduo, as experiências vividas dentro de uma temporalidade e uma espacialidade, sendo que não possui uma constituição linear e/ou contínua. (CIRQUEIRA, 2008).

Para compreendermos e conseguirmos traçar essas trajetórias socioespaciais, usamos a metodologia da história oral de vida (MEIHY e RIBEIRO, 2011), os quais definem como: “Trata-se de narrativa com aspiração de longo curso - daí o nome "vida" - e versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas.” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 82) Complementam os

autores: “Trata-se de uma construção de conhecimento sobre a pessoa de outra natureza. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 83)

Almejamos, ao longo desta análise, entender como se dá a trajetória socioespacial desta estudante indígena, da “Aldeia à Universidade”, os avanços e desafios e, a partir da narrativa desta estudante, entender como se dá a construção de sua territorialidade no ambiente acadêmico.

CONHECENDO O(S) LUGAR(ES)

As interlocuções construídas ocorrem pelas intersecções gênero, etnia e classe estabelecidas nas trajetórias e histórias de vida, neste percebe uma intimidade com o lugar, a interlocutora é uma acadêmica indígena do povo Karajá-Xambioá, filha de mãe indígena e pai não indígena, nasceu na cidade e só foi para a aldeia com dez anos de idade, momento que houve uma imersão a essa nova realidade e após concluir o Ensino Médio, retorna à cidade para ingressar à Universidade. Percebemos que essa estudante construiu sua trajetória em diversos espaços, os quais os tinham como lugar.

Para Tuan (1983, p.19), “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar[...]”. Espaço se torna lugar a partir do momento em que é experienciado e valorizado, que passa ter significado para pessoa, lugar é mais concreto que espaço. (TUAN, 1983). A construção de lugar envolve sentimentos, experiências e, na trajetória desta estudante, essa construção acontece algumas vezes em espacialidades com realidade socioeconômicas e culturais diferentes.

Trazemos também as reflexões com base nos estudos de Flávio Bartoly e Adriana Leite para auxiliar na compreensão:

O lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico. (BARTOLY, 2011, p.73).

[...] essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses predeterminados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade. Como afirma Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. (LEITE, 1998, p.10).

Partindo desses pressupostos, de lugar como ideia de afeto, significação e percepção, é que vamos nos ater à narrativa dessa estudante indígena para entender em que medidas, em sua trajetória socioespacial, consegue conceber os espaços por onde passa, como lugar.

Construindo as intersecções de gênero com etnia e os lugares produzidos em relação ao espaço e o contexto social e cultural. As discussões contemporâneas em torno de análises interseccionais na produção brasileira, apresenta a dimensão da indissociabilidade destes marcadores como aponta Kimberlé Crenshaw (2002), que conduz os diálogos interseccionais na percepção dos efeitos dessas marcas na construção social dos indivíduos e de suas experiências. (HAMMES, 2013).

Lugar Universidade

A Universidade Federal do Tocantins é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira que tem sua sede na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, possui campus em sete municípios: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Foi uma das instituições pioneira a implantar política pública para atender aos indígenas, no ano de 2004, por meio do Conselho de Pesquisa e Extensão, através da Resolução 3A/2004 (UFT, 2004), quando criou o Programa Política de Cotas, que fixa um percentual de 5% das vagas nos cursos de graduação dessa instituição aos indígenas e em 2012 o ingresso dessa parte da população aumentou com o sancionamento da Lei 12.711 (BRASIL, 2012), conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas disponíveis nas universidades e institutos federais para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas e oriundos de famílias com baixa renda e autodeclarados preto, pardo e indígena.

Estavam matriculados, na UFT, campus de Araguaína, no primeiro semestre de 2018³, 57 estudantes indígenas (29 homens e 28 mulheres), destes a maioria são do povo Karajá-Xambioá. Ainda é um número pequeno, levando-se em conta o número de habitantes indígenas presentes na região, se olharmos o quantitativo de ingressos, teremos o número maior, mas, infelizmente ainda a evasão é grande e esse quadro é um fato instigador de nossa pesquisa.

Nessa perspectiva, queremos conhecer os “seus lugares” através de sua narrativa de história de vida, analisando sua trajetória socioespacial que, de acordo com Cirqueira (2008), entende-se como sendo a história de vida de cada sujeito, as experiências vividas em um determinado espaço e tempo, mas não de forma linear ou sequencial. Continua o autor:

Entendemos, assim, que as trajetórias possuem uma dimensão espaço-temporal, pois pressupõe em que os indivíduos perpassam por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, os quais, como dito anteriormente, são experienciados, significados, interpretados e construídos. (CIRQUEIRA, 2008, p.21)

³ Trabalhamos com o número de matriculados do semestre de 2018/1 por ser o recorte temporal da nossa pesquisa.

É através de sua história de vida que passaremos a entender sua trajetória, compreender sua construção social enquanto sujeito, portanto é preciso ouvir seus relatos e antes de perguntar à entrevistada quais seriam os desafios para conseguir se reterritorializar no ambiente acadêmico, pedi a ela para falar sobre sua infância, para que pudéssemos entender qual era a sua constituição de sujeito. Em forma de RD (Recorte Discursivo), apresentamos, a seguir, trechos da resposta da acadêmica:

RD1

Assim, desde a infância mesmo, os meus pais, ahn minha mãe é indígena e meu pai não, eles moravam aqui, minha mãe estudava e meu pai trabalhava e então quando eu nasci, eu já nasci aqui na cidade, não peguei muito do contexto, da minha etnia, lá da minha aldeia nesse momento assim da minha fase de crescimento. Eu fui pra lá já com dez anos de idade, quando minha mãe foi ser professora, então eu já tinha um aspecto mais daqui da cidade, uma desenvoltura mais daqui, então a gente foi pra lá e meu pai ficou, por questões de trabalho ele teve que ficar e aí eu fui me adaptando ao novo lugar, até porque até então meu lugar era aqui na cidade, tudo mais, os amigos, a família e tudo que eu conhecia era mais aqui mesmo no âmbito da cidade, nesse contexto, então quando eu fui pra lá eu tive esse impasse assim de aprender mais um pouco do meu povo, da minha cultura, porque eu tinha como cultura ainda aqui os costumes da cidade, a forma de falar também era mais diferente da forma de falar das pessoas de lá, então eu fui aprendendo tudo, até também porque eu era ainda criança, com dez anos a gente tá na fase de aprender tudo e aí eu fui para a escola e percebi que não era a mesma coisa: como assim eu tenho que começar a falar outra língua? E aí comecei a aprender o *Iny Rube*, que é a língua que o Karajá fala, então a partir daí eu comecei essa formação, né? ⁴

Já no início da sua narrativa, notamos o pertencimento e o estranhamento com a língua, afinal esta estudante foi para aldeia somente com dez anos de idade e já falava o Português, chegando em seu “novo lugar” conheceu sua língua materna *Iny rube* e houve um estranhamento, haveria de aprender outra língua, passando assim a ser um sujeito entre línguas, entre culturas. Ao fazer a opção de ingressar em um curso superior, passa novamente por esse estranhamento, sofre mais uma vez com o choque de culturas, como podemos ver no RD2:

RD2

E quando eu cheguei aqui pra faculdade, que a gente vai ver outro contexto bem diferente de uma escola indígena, uma escola aqui mesmo urbana pra uma faculdade é um contexto bem diferente, você não vai ver nada do que via lá e muito menos com a facilidade que é, então começou a apertar as coisas, você começa a ir pra aula, aí fica desanimada porque cê vê professor fala, fala, fala e você não assimila nada, não compreende nada, aí cê tem ainda que achar que tem o dever de aprender sem tá entendendo e o professor, às vezes ele não tem assim a leveza de entender que você não vem desse contexto assim, dessa linguagem, uma coisa mais éhh nada de, sempre nos termos técnicos usando as palavras mais difíceis, aí cê já não entende bem o

⁴ Todos os Recortes Discursivos foram extraídos da entrevista de uma acadêmica indígena realizada no dia 16 de julho de 2018, nas dependências da UFT – Campus Cimba.

português aí cê tem que aprender uma linguagem totalmente diferente da que você fala, aí cê toma um choque maior né?

Observamos nesse recorte discursivo, um primeiro entrave dessas estudantes ao ingressar na Universidade, a língua. Para nós, que isso está posto, que é o imaginário que homogeneiza que tudo é língua portuguesa, é uma coisa. Para quem vem de outra língua, de outra cultura, que concebe o mundo de outro modo, isso é um choque. Nesse caso, se escancara, porque são línguas muito diferentes, com matrizes e raízes diferentes. O pertencimento se dá nesse jogo.

Um outro problema que observamos é a bagagem que os alunos trazem do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Sabemos que a estrutura curricular das Escolas Indígenas é diferente, perguntamos a acadêmica entrevistada como era a escola indígena que frequentava lá na aldeia.

RD3

[...] lá as crianças não tem essa coisa de ficar mais na literatura, escutando histórias, aprendendo as vogais e etc, lá é mais é brincar mesmo, as crianças ficam livres pra fazer arte e assim vai e aqui já tem esse contexto da obrigação da criança ter que aprender porque ela tá no contexto escolar, então ela tem que aprender, a falar direitinho, as letras e tudo mais, então a gente percebe daí e como eu só fiquei esses 6 meses na escola eu não tive essa comparação inteira pra dizer, mas pelos meus colegas que já estudam aqui o que a gente aprende lá é tipo coisa mesmo bem básica, mas acho que além do básico, uma coisa assim muito prática, então só de ouvir falar a gente entende que o diferencial é bem grande em questão da alfabetização e outras coisas mais, tem uma carência aí.

Em sua narrativa no RD3, fica claro a diferença entre as formas de ensinar, de um lado temos o trefismo e o movimento de obrigação da cultura não indígena, e no outro lado a cultura indígena que não tem essa carga, é muito do conhecimento etnogeográfico, etnomatemático, etnolinguístico. A escola não indígena assume para si um grau de controle, ela cria mecanismos de avaliação, algo vivenciado por outros critérios na escola indígena.

Lugar Aldeia

O povo Karajá-Xambioá são antigos habitantes da região do baixo Araguaia e, especificamente, das proximidades de seu trecho encachoeirado. Na atualidade, suas aldeias estão divididas em quatro: *Xambioá*, *Kurehe*, *WariLyty* e *Hawa Tamara* todas localizadas no município de Santa Fé do Araguaia (TO), encontram-se na margem direita do Rio Araguaia. Distantes 100 km a montante da cidade de Xambioá, 150 km, por estradas de terra e asfalto, de Araguaína e 70 km de Santa Fé do Araguaia, os quais são os centros urbanos mais importantes para o grupo.

É um povo que tem uma longa convivência com não indígenas, muitos são casados com não indígenas, *Tori*, chamados assim pelos indígenas, mas que não perderam costumes tradicionais como: a língua nativa (*Iny Rube*), as bonecas de cerâmica (*Ritxoko*), as pescarias familiares, os rituais como a Festa de Aruanã e da Casa Grande (*Hetoroky*), adornos e pinturas corporais.

A família Karajá que se autodenominam Iny, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, se dividindo em três línguas: Karajá, Javaé e Xambioá, contudo nominada pelo povo como Inyrube. Existe um fato curioso quanto à essas línguas, existem formas diferenciadas de falar de acordo com o sexo, ou seja, a mulher tem a sua forma de falar e o homem outra, mas nas aldeias dos Karajá-Xambioá predomina o Português, isso devido contato com os não índios que foi cada vez aumentando.

O SER MULHER INDÍGENA

Nossa pesquisa tem o recorte de gênero, por reconhecermos que as mulheres, em geral, ainda sofrem os efeitos de viverem em uma cultura patriarcalista. A autora Heleieth Saffioti (2015, p.145) diz que “[...] o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina [...]”. Entendemos que as mulheres precisam conquistar mais os seus espaços e, como estamos falando aqui de indígenas, especificamente os Karajá, estes que possuem em sua cosmologia um mundo masculino e outro feminino.

Na comunidade Karajá existe uma divisão social de gênero bem definida, os homens são responsáveis por defender o território, abrir as roças, pescar e caçar, conduzir os rituais e formalizar discussões políticas. Já as mulheres ficam a cargo da educação dos filhos, dos afazeres domésticos, de colher os produtos da roça e da fabricação de artesanatos, principalmente a confecção das bonecas de cerâmica. Elas participam dos rituais na preparação dos alimentos e fazendo as pinturas corporais.

As acadêmicas indígenas sentem necessidade de pesquisar sobre o papel da mulher indígena e algumas desenvolvem seus trabalhos de conclusão de curso com temáticas que perpassam este aspecto cultural, como é o caso da Ligiana Marruinaui Karajá, licenciada em Geografia, que desenvolveu o trabalho “As mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território”, essa pesquisa aponta que as relações vêm se reconstituindo (KARAJÁ, 2017). Outra acadêmica indígena que também discutiu gênero foi Maria do Socorro Cutiaru Dias Achurê Karajá, licenciada do curso de História da UFT em Araguaína, que trouxe no seu trabalho de

conclusão de curso, intitulado “O papel da mulher na cultura Karajá-Xambioá” (ACHURÊ KARAJÁ, 2012), como são os papéis de cada gênero dentro da cultura, mostrando as diferenças que existem em seu próprio povo, como a mulher Karajá e Karajá-Xambioá, cujo valores culturais como submissão aos homens veem se modificando no decorrer do tempo, sendo que os homens estão se adaptando ao novo processo dinâmico do papel da mulher.

Diante desta realidade, sentimos a necessidade de refletir sobre gênero. Piscitelli (2001) considera que:

[...] o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder (PISCITELLI, 2001, p. 11).

Outra autora que nos ajuda a construir este conceito é Joan Scott, ela argumenta que:

[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75)

A partir de tais apontamentos, temos alguns pressupostos: gênero é relacional, envolve relações hierarquizadas de poder, pode variar de acordo com que variam as culturas e também pode variar nos diferentes tempos históricos de uma mesma sociedade. Para refletir sobre essas questões, fizemos a seguinte pergunta para a acadêmica: *E você, por ser mulher, ser indígena, acha que enfrenta mais obstáculos?* A entrevistada, oferecendo um sorriso forte, respondeu:

RD4

É, agora que complica o contexto porque além de ser mulher ainda ser indígena, porque as pessoas elas discredibilizam a gente por ser mulher, aí ser indígena dá um gás assim pra você, meu Deus não vou conseguir muito não, mas eu tenho força de vontade, eu acho que é isso que conta mais porque se eu for pelos impasses, pelas dificuldades, pelos maus olhares, aí eu vou sempre desistir na primeira etapa do processo, então eu penso que por mais que exista esses preconceitos, por mais que eu sendo mulher as pessoas me desmerecem o meu trabalho por isso, então mesmo assim eu vou criar fôlego e persistir no que eu quero, porque se eu não persistir eu nunca vou seguir em frente, não vou ter algum benefício ou sucesso com alguma coisa.

Em sua resposta, constatamos a fortaleza da mulher indígena, pois apesar de reconhecer que as relações existentes discriminam pelo fato de ser mulher, existe o desmerecimento do trabalho, ela não se deixa vencer, segue persistindo, resistindo e reconhece que só assim alcançará seus objetivos. Em toda sua narrativa não aparece a palavra gênero, mas

se justifica até por ser uma discussão mais acadêmica, mais urbana e que ainda estão sendo estabelecidas.

CONSTRUINDO AS TERRITORIALIDADES

Em suas trajetórias, as estudantes se veem muitas vezes em ambientes diferentes, é o que acontece quando ingressam na Universidade, para compreender o sentimento do estranhamento destas estudantes, julgamos fundamental aprofundarmos na reflexão sobre os conceitos de território e territorialidade.

O autor Marco Aurélio Saquet, salienta que a produção do território é constituída pelo movimento histórico e por simultaneidades, define, de forma clara, território como sendo as relações de poder existentes.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território 5 nacional” sob gestão do Estado -Nação. (SAQUET, 2002, p. 21).

Segundo o autor, no território existe uma ligação entre aspectos da política, da cultura, da economia e da natureza exterior ao homem, reforça que há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado no cruzamento entre os tempos histórico e coexistente..

O autor Rogério Haesbaert (2004) vai ao encontro às concepções de Saquet, quando remete território às relações de poder:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2004, p. 1)

O autor confirma que território é uma dimensão espacial que se difunde em processos de dominação mais concretos, sendo ele pela produção material ou por termos jurídico-políticos. Considera, também, como um espaço apropriado simbolicamente ou materialmente, no qual se produz identidade e subjetividade. Em consonância ao que traz Saquet, o autor diz que o território admite um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e que é manifestado os processos de desterritorialização e reterritorialização por meio dos movimentos dos agentes e grupos que entram e saem dos territórios.

Continuando com as reflexões de Haesbaert (2009), que nos traz sobre os movimentos de reterritorialização e desterritorialização, enfatiza que as relações existentes entre elas são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, por decorrência do seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Portanto, na medida em que acontecem movimentos individuais e sociais de desterritorialização, a estes ocorrem novos processos de reterritorialização. Sendo assim, o fenômeno vivido no mundo real é o da des-reterritorialização pois não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Diante do exposto, percebemos que o conceito de território para os indígenas, está diretamente ligado ao senso de pertencimento, tem toda uma simbologia, tem toda uma relação com o território em questão. As acadêmicas indígenas para se reterritorializar no ambiente da Universidade, precisam construir relações, as quais se tecem na porção do laço social habitado majoritariamente por não indígenas, o que gera bastante isolamento – tanto dentro como fora da sala de aula.

Ao ser provocada a falar de como foi recebida na Universidade, sua resposta até nos causou surpresa, imaginávamos que relataria um ambiente diferente. Vejamos no RD5.

RD5

Como eu já tinha amigos aqui, pessoas da minha comunidade mesmo que já estudavam, eu não achei muito estranho mas eles foram me acompanhando ao longo do tempo fui fazendo novas amizades, foi mais fácil entrar, assim entrar na questão de socializar e tudo mais com as pessoas, mas como eu tinha falado essa questão assim do aprendizado em si é um pouco complicado a gente começa ver umas coisa diferentes que a gente tem hábito de ver, pensamentos diferentes, respeitar isso é um pouco diferente mesmo.

Percebemos que ela encontra apoio nos indígenas que já são estudantes no Campus, a cultura indígena de ser uma comunidade é trazida também para o meio acadêmico. Ao que pedimos para a acadêmica elencar as maiores dificuldades enfrentadas, o que predominou foi a questão de logística, a casa que dá apoio aos indígenas fica em um bairro muito distante do Campus, passam por dificuldades financeiras, pois têm que pagar transporte, além do tempo gasto para se chegar à Universidade.

A reterritorialização dessas acadêmicas indígenas vai acontecendo na medida em que começam a encontrar familiaridade com o território, a questão do acolhimento de outros estudantes de sua etnia colabora, porém existe fatores que ainda distancia, e o fato de ser indígena gera estranhamento para a maioria de discentes e docentes. Quando foi perguntado se

ela sentia esse distanciamento dos/as colegas e professores/as, percebemos em sua enunciação essa problemática. Eis sua resposta no RD6:

RD6

Tem sim, sempre tem aquelas pessoas que tem receio de conhecer, pensa que índio mata, que índio rouba, que índio é aquilo e assado, e acaba tento esse estereótipo e excluindo a gente, até mesmo de trabalho, de atividades, coisa até mesmo fora de aula, fora da sala, se for fazer alguma coisa entre amigos não convida não, ela é índia, ai já exclui, mas assim quando a gente conhece melhor as pessoas ai elas vão conhecendo a gente ai começa a mudar né essas questões, mas fora esse contexto assim mesmo não vejo dificuldade não porque sempre tem as pessoas que tem um preconceito, que tem um receio, mas a gente até leva isso como algo mesmo comum, porque sempre tem então não vamo dar muito crédito se não acaba que o psicológico vai sofrer uma certa pressão, mas da minha parte não.

Da forma que a acadêmica coloca, fica claro que os estudantes já encaram o preconceito como natural, ela assume que existe, mas por outro lado diz que preferem não dar crédito, pois já acostumaram a viver com este preconceito. Essa fala é no mínimo intrigante, pois não deve ser um sentimento que devemos nos acostumar com ele, devemos sim tentar combatê-lo.

Ao ser questionada sobre se ela se sente como parte daquele espaço, temos como resposta:

RD7

Hoje sim, hoje sim, agora se fosse uma pergunta feita há dois anos atrás eu diria que não, porque eu não vivenciava o mundo acadêmico, eu só chegava na faculdade pra ir pra minha sala, saía da aula e ia pra casa. Hoje eu já passo o dia quase todo na faculdade, conheço outras pessoas de outros cursos, conheço outros professores, aí a gente vai começando adquirir a UFT como se fosse uma casa mesmo, acaba passando tempo demais aqui, a gente fica sem saber se tá mesmo em casa ou se tá na faculdade, tá dormindo e acorda: meus Deus eu tô na faculdade, tenho que ir embora kkk... acaba que vira casa mesmo.

Diante do exposto, percebemos que o lugar desta mulher estabelece territorialidades. Esta estudante, por ser mulher indígena, constitui esses lugares na vivência, na cultura e esses elementos produzem sua trajetória. E para que ela construa sua territorialidade, enfrenta vários desafios e tudo isso se dá de forma lenta e árdua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o exercício de parar e escutar nem sempre é simples e fácil, e ao realizá-lo percebemos a riqueza que esses gestos nos proporcionam. Parar e escutar uma acadêmica indígena, foi fundamental para podemos compreender algumas inquietações, nos tornamos mais sensíveis e disponíveis para colaborar. Esse é o sentimento que tenho após ter realizado

um trabalho de história oral, conseguimos minimamente, entender a trajetória socioespacial destas estudantes, seus desafios e anseios.

Através das reflexões realizadas, podemos deslumbrar o quanto é significativo o conceito de território e lugar para os povos indígenas, a partir do entendimento dessa relação podemos identificar e entender algumas questões sobre as acadêmicas indígenas. A construção de cada lugar se dá a partir do momento que conseguem se reterritorializar, o sentir pertencer. Percebemos muitas barreiras e obstáculos para que essa reterritorialização aconteça, por outro lado, percebemos a resistência e persistência das acadêmicas, principalmente pela condição de ser mulher, podemos perceber o quanto o papel dessa mulher vem mudando diante da aldeia e da sociedade. Essas mulheres têm buscado seu espaço, inclusive dentro do meio acadêmico.

Diante de todas as reflexões realizadas, reconhecemos que é preciso conhecer e entender para poder aproximar. Entendemos que essas estudantes indígenas necessitam de uma aproximação melhor da Universidade, seja ela representada por seu corpo docente, discente ou administrativo. Precisamos aplicar verdadeiramente a Interdisciplinaridade no ambiente acadêmico, ou seja, caminharmos na mesma direção, sair do fragmentado, do disciplinar, ter a sensibilidade de reconhecer todos os saberes existentes e encontrar os pontos de convergência, para assim, propiciar um ambiente mais justo e igualitário.

Neste contexto apresentado pelos recortes discursivos (RD) e as análises, as intersecções de gênero com etnia são recorrentes assim afirmando que os lugares se estabelecem nas territorialidades socioculturais a indissociabilidade das marcas na construção social desta acadêmica e de suas experiências.

REFERÊNCIAS

BARTOLY, Flávio. **Debates e perspectivas do lugar na geografia**. GEOgraphia (UFF), v. 26, p. 66-91, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/454/325>>. Acessado em: 27/03/2019.

BRASIL. **Lei 12.711**. D.O.U. de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em 04/07/2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, 1º semestre, 2002.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Trajетória sócio-espacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, IESA/UFG/ Geografia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 27 de mar. De 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAMMES, Bruno dos Santos. **No Feirão do Chope: Um estudo antropológico sobre intersecções entre marcadores sociais da diferença em um bar na região periférica de Goiânia**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: http://ppgas.cienciassociais.ufg.br/up/188/o/2013_-_Bruno_Hammes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

KARAJÁ, Ligiana Marrouinai. **As Mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território**. UFT: Araguaína/Geografia. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017.

LEITE, Adriana Figueira. **O Lugar: Duas Acepções Geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20,1998.

MEIHY, José Carlos S; RIBEIRO, Suzano L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher**. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 29/07/2018.

PORTELLI, Alessandro. **“A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996. p. 59-72.

POVOS INDÍGENAS no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/in-y-karaja?l=pt&povo=karaja-do-norte>. Acesso em 20/07/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 29/07/2018.

TUAN, Y. -F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. UFT. Resolução Consepe nº 3A, de 2004. UFT. Palmas, 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/UFT/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%B0_3A_-_Cotas_para_ind%C3%ADgenas_\(alterada_pela_resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA10-2011_do_Consepe\).pdf](file:///C:/Users/UFT/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%B0_3A_-_Cotas_para_ind%C3%ADgenas_(alterada_pela_resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA10-2011_do_Consepe).pdf). Acesso em: 05/06/2018.

UFT. Sistema de Informação para o Ensino (SIE). **Relatório nº 16.11.03**. Acesso em 19/06/2018.